



Associação Nacional de Professores

Caro/a associado/a,

Vimos pela presente informar que, na sequência da comunicação efetuada ao Exmo. Senhor Ministro da Educação no passado dia 8 de maio, no qual se pugnava que, com a máxima urgência, fossem emitidas orientações de modo a que os Agrupamento de Escolas ou Escola Não Agrupada, reconhecessem para efeitos de candidatura na 2ª prioridade dos concurso externo e concurso externo extraordinário, o tempo de serviço docente prestado em AEC, em estabelecimentos que integrem a rede pública de ensino, desde que identificando devidamente a entidade promotora, tal como constante no Aviso de Abertura de Concurso nº 5442-A/2018 de 20 de abril, Parte III, nº 9 alínea f), e por respeito ao preceituado nos nºs 3 e 4º do artigo 10º do Decreto-Lei 132/2012 de 27 de junho, nos congratulamos com a resolução desta situação, mediante o esclarecimento prestado pelo mesmo e pela Sra. Secretária de Estado da Educação Alexandra Leitão no Parlamento, no dia 23 de maio de 2018, confirmando designadamente que “O Ministério da Educação enviou ontem às escolas um esclarecimento sobre o modo como deve ser contabilizado o tempo de serviço dos professores das AEC, do qual desaparece a distinção feita no manual de validação entre os professores que são contratados como docentes (que entraram na 2ª prioridade) e os que são recrutados como técnicos (que passavam para a 3ª prioridade)”.

Cordialmente,

A Presidente  
Paula Figueiras Carqueja